
O DOGMA E A REVELAÇÃO DIANTE

DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

MODERNA*

Antonio Manzatto**
Alexandre Patucci de Lima***

Resumo: o presente artigo procura abordar a categoria de dogma diante da consciência histórica moderna, para buscar compreender o seu caráter histórico. Para isto, lança um olhar também à categoria de revelação, já que o dogma só pode ser entendido como verdade de fé diante desta revelação que se dá na história entendida como história de salvação. O dogma passa então a ser visto não como categoria abstrata ou estática, mas como uma verdade viva e dinâmica.

Palavras-chave: Dogma. História. Revelação. História da Salvação. Verdade.

Um dos aspectos mais significativos do desenvolvimento do pensamento moderno e contemporâneo, e conseqüentemente da teologia, foi a crescente consciência histórico-crítica do homem “moderno”. Gadamer chega a afirmar que: “o aparecimento de uma tomada de consciência histórica é, na verdade, a mais importante das revoluções que sofremos desde o advento da época moderna” (MONDIN, 1979, p. 11). Foi na modernidade que a História enquanto ciência começou a desenvolver-se possibilitando novas concepções sobre a realidade humana, e assim trazendo uma nova “consciência” à humanidade, marcada pela “historicidade”. Todo o desenvolvimento das ciências ditas “históricas”, como arqueologia, filologia, antropologia cultural, etc., trouxeram várias implicações e questionamentos ao modo como a Teologia tradicional se estruturava, a saber, como uma Teologia nos moldes de uma escolástica medieval-tardia, enrijecida em “manuais”, de cunho mais “abstrata” e um tanto quanto separada das novas implicações de

* Recebido em: 23.11.2014. Aprovado em: 20.01.2015. .

** Doutor em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina, e professor na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*** Mestrando em Teologia pela PUC-SP.

uma consciência histórica em desenvolvimento. Segundo Bruno Forte (1985, p. 42) “poder-se-ia dizer que a história é o problema que o mundo moderno propõe à teologia”.

Será interessante perceber algumas questões que a História coloca à Teologia em relação ao dogma. Como o dogma é uma verdade de fé em relação à Revelação, e como esta categoria também precisou ser repensada diante da consciência histórico-crítica moderna, será necessário perceber as relações entre História e Revelação, pois ambos os conceitos se ligam diretamente ao conceito de dogma.

A nossa compreensão de dogma e de sua função na Igreja dependerá, em grande parte, da maneira como compreendemos a revelação; de fato, o dogma não procura explicar-nos “diretamente” uma verdade sobre Deus ou sobre a salvação do homem, mas, antes de tudo interpretar e esclarecer o conteúdo da revelação divina (...) De qualquer modo, é essencial a relação com a revelação divina; de modo que se alguma declaração do magistério excluísse tal referência, deixaria de ser tal. A relação do dogma com a divina revelação é, portanto, essencial à sua própria noção (LADARIA, 1993, p. 86).

A necessidade de se abordar o conceito de dogma em face à Revelação e à História faz-se necessário devido a vários “preconceitos” em relação ao dogma, entendido ainda, muitas vezes, como pretensão de afirmação de uma verdade absoluta, em uma sociedade onde se vive contextos de relativismo e subjetivismo, e onde a consciência histórica rechaça afirmações de verdades absolutas. Como resultado deste contexto, mesmo intra-eclesialmente, se vive ainda um fosso entre dogma e espiritualidade, entre doutrina e práxis, entre dogma e vida cristã, pois o dogma entendido como verdade absoluta não encontra mais espaço na mentalidade contemporânea.

Nos tempos modernos, o pensamento dogmático foi com frequência, sem outra forma de processo, criticado como dogmatismo e, por conseguinte, rejeitado. Ao contrario do que se passou na cultura ocidental dos séculos passados, marcada no seu conjunto pela fé cristã, na nossa cultura contemporânea secularizada, a linguagem dogmática tradicional da Igreja parece não ser mais imediatamente compreendida, quando não se presta inclusive a mal-entendidos, mesmo para numerosos cristãos. Alguns consideram-na mesmo como um obstáculo à transmissão viva da fé (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, 1990, p. 194).

A questão principal, ao se colocar o dogma e a Revelação em face da consciência histórica, está em compreender que o dogma se enraíza na história, em um

evento salvífico manifestado na história e experienciado como história de salvação onde Deus se revela; conseqüentemente, há uma história, ou seja, um processo de implicações históricas para a vivência cristã, não podendo ele se separar da práxis e da própria espiritualidade cristã, já que possui um significado imprescindível para a vida de fé e para sua compreensão, pois a fé não pode dissociar-se da razão, visto que o homem é um ser racional¹ que busca dar sentido às coisas. Não pode, pois, haver dicotomia entre dogma e vida cristã, entre doutrina e práxis ou entre o dogma e a espiritualidade. A verdade que o dogma quer expressar deve ser existencialmente significativa para o homem de hoje, e não simples afirmação estática e abstrata a ser repetida.

Em vista disso, há que perceber que implicações a consciência histórico-crítica trouxe para a Teologia, mais precisamente para a compreensão da Revelação e do dogma, em reelaboração do conceito de História da Salvação e em compreensão do caráter histórico da Revelação, sem escamotear o caráter da verdade cristã diante da história, ponto importante para se compreender o dogma cristão enquanto afirmação de verdade.

O DOGMA E A REVELAÇÃO EM QUESTÃO

O termo e o conceito atual de dogma utilizado para se referir às verdades de fé do cristianismo são relativamente recentes, fruto de longo processo de reflexão teológica; porém, ao longo da sua história, de diferentes maneiras os teólogos se referiram às “verdades” da fé cristã. Não será possível, aqui, desenvolver uma história do conceito de dogma. O fato é que o conceito de dogma ainda atualmente é percebido, de maneira geral e “popular”, como sendo uma verdade absoluta e imutável. Esta imagem do dogma cristão foi fruto de uma teologia moderna estruturada apologeticamente (Manuais) principalmente diante das críticas da reforma protestante e do iluminismo às afirmações da doutrina da Igreja Católica.

A insistência da Reforma no princípio da Sola Scriptura, e a exclusão de qualquer instância eclesiástica para a interpretação da Bíblia, com as múltiplas confissões a que deu origem, foram em boa parte a ocasião para se precisar cada vez mais a noção de dogma na Igreja católica; deviam ser esclarecidos e precisados os graus de segurança com que uma doutrina é ensinada, o valor do Magistério da Igreja, a ecumenicidade dos Concílios, etc. A teologia do final do século XVIII vai precisando e uniformizando a noção de dogma, e aos poucos vai entendendo como sendo aquilo que a Igreja propõe como verdade de fé a ser crida pelos fiéis do mundo inteiro (LADARIA, 1993, p. 83).

Ainda hoje de modo geral quando se pensa em dogma se pensa em uma verdade absoluta, verdade que a razão não pode alcançar e que é revelada quase que diretamente do alto, e que o homem deve acatar na fé devido à autoridade daquele que revela, a saber, Deus. Esse conceito foi derivado de certa compreensão de Revelação entendida quase que como uma comunicação direta de Deus, que sendo o autor das Escrituras, utiliza o escritor sagrado como instrumento para comunicar suas verdades eternas². Tal concepção foi também fruto de um longo processo dentro do cristianismo. Segundo Queiruga (2010, p. 38):

A saída do tempo neotestamentário (onde a Revelação é ainda processo vivo: período constitutivo) e a entrada no tempo da explicação – “período declarativo” – inauguram uma situação profundamente nova. Por um lado, a experiência original vai-se debilitando inevitavelmente; e por outro, se introduz todo o processo no mundo helenista, de tão forte talante especulativo. Torna-se central a preocupação do cristianismo como “verdadeira filosofia”. Filosofia que já tem perfeitamente configurado seu texto, a Bíblia, cuja autoridade será preciso explicitar e confirmar. A ênfase se concentra então na “inspiração” e se acentua cada vez mais a intervenção direta de Deus na redação da Escritura.

Além de considerar a Escritura como fonte de revelação direta de Deus, também a Tradição da Igreja, no catolicismo, principalmente a partir do Concílio de Trento, passou a ser entendida como fonte de verdades não escritas na Bíblia, e de onde a Igreja retiraria outras tantas verdades comunicadas por Deus aos apóstolos, mas transmitidas oralmente. Houve então uma grande tendência de compreender a Revelação divina como uma revelação de conceitos, de doutrinas, sendo estas comunicadas diretamente por Deus na Escritura e na Tradição. O dogma seria a formulação mais conceitual destas verdades, ou seja, produto de certa lógica que explicitaria de tal forma uma verdade que a apresentaria como uma verdade absoluta.

A doutrina da inerrância das Escrituras era compreendida de maneira quase absoluta e literal, e a Revelação era compreendida de maneira unilateralmente sobrenatural. Deus inspirava o escritor sagrado que escrevia movido pelo Espírito. Desconsiderava-se a história, o processo da elaboração de cada livro e a própria compreensão da formação do cânon. A Bíblia era quase vista como algo caído do céu, pronta e acabada, contendo uma revelação pura de onde se derivariam as verdades de fé explicitadas pela razão, o dogma.

Ao chocar-se com o pensamento moderno, principalmente com a crítica iluminista, a Teologia da época se constituiu em apologética, em defesa da fé, mantendo a estrutura e a forma da Teologia escolástica e dando origem à chamada Teologia dos Manuais, marcada pelo desejo de fundamentar a fé diante do racionalismo da época:

A negação por parte do deísmo da existência de uma religião sobrenatural e revelada vai fazer com que os apologetas insistam na necessidade da revelação como fonte à parte e exclusiva de verdades que estão fora do alcance da razão. A escolástica barroca acaba identificando estas verdades com a revelação. O Vaticano I herda a identificação (QUEIRUGA, 2010, p. 44).

Diante de tal visão de Revelação, estruturada pela Teologia Moderna, o conceito de dogma se enrijecerá como “verdade”, dando a impressão de ser uma verdade absoluta, acabada e imutável. Isso não implica em que a Revelação não fosse entendida como algo destinado à salvação do homem, como atualmente se sustenta, mas apenas mostra o fato de que havia certa unilateralidade na consideração dos conceitos de Revelação e de dogma.

A CONSCIÊNCIA HISTÓRICO-CRÍTICA E OS CONCEITOS DE DOGMA E REVELAÇÃO

Uma das principais características da Teologia contemporânea foi não só a de ter redescoberto o valor da história enquanto História da Salvação, mas também a de ter percebido que a Revelação, mais do que uma fonte de verdades conceituais, se constitui principalmente como evento salvífico. Sendo assim Revelação e História, esta compreendida como História de Salvação, passam a ser cada vez mais categorias teológicas diretamente correlacionadas.

O nexó entre a história salvífica e a revelação não é acidental nem arbitrário. Repousa, antes, numa recíproca correlação essencial e íntima. Ambas significam a mesma coisa. Abrem, porém, perspectivas diversas. Poder-se-ia dizer que a revelação, essencialmente e antes de tudo, diz respeito à forma e ao modo da história da salvação. Ela ocorre primordialmente como história salvífica. Esta, por seu lado, se perfaz e se realiza por meio daquela, revestindo-se assim, de sua característica própria, qual seja a de encontrar a revelação na história e, desta maneira, se atualizar. Revelação e história salvífica são termos que, ao seu modo, procuram descrever, formando um só todo, aquilo de que tratam seja a teologia, seja a fé, e que se desenvolve e se articula, minuciosamente, em pontos de doutrina e em fatos (FEINER; LOEHRER, 1971, p. 171).

Para compreender a relevância da concepção moderna de História nas categorias teológicas de Revelação e de dogma, é necessário lembrar que a noção de História de Salvação era entendida (de maneira pré-crítica) como uma comunicação e uma atuação direta de Deus na história do povo de Israel até a constituição da Igreja apostólica, resultando que tais “verdades comunicadas”

ficassem no centro da Teologia ao invés da história salvífica propriamente dita. Isso talvez tenha ocorrido devido à conjugação do pensamento cristão com a filosofia helenista (de caráter mais “teórico-especulativo). No confronto com o pensamento moderno e as novas concepções de História a Teologia precisou repensar a noção de “História de Salvação” até então entendida “literalmente” tal como narrado nas Escrituras.

Pode-se dizer que até a Idade Média a concepção de História era predominantemente teológica. A preocupação primária não era com a historicidade factual. Como a mentalidade era impregnada de religiosidade, toda a história era povoada e colorida com uma interpretação também religiosa, onde a verdade da história não estava em sua historicidade factual, mas na mensagem que ela transmitia, na “interpretação que veiculava”, a partir de uma experiência histórica³. Isso não significa dizer que toda narrativa da Escritura seja fictícia e sem nenhuma intenção histórico-factual, mas apenas quer apontar que o modo como as Escrituras contam a história é diferente do modo moderno de compreender a história.

Um fato é que no passado os fiéis – a comunidade cristã, os teólogos e o Magistério – consideravam todas as tradições do Novo Testamento como relatos diretos de acontecimentos históricos. A teologia e as respostas da fé baseavam-se também numa interpretação pré-crítica, puramente biblicista, da história de Jesus, uma vez que não se discernia, p. ex., a diferença entre os gêneros literários (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 58).

Essa concepção pré-crítica acabou sendo tomada de maneira quase literal por certa mentalidade teológica, principalmente diante do confronto com o desenvolvimento histórico-científico moderno. Tal Teologia, como já foi dito, estruturava-se como apologética diante das críticas modernas, enrijecendo determinadas posições. Assim aconteceu com o modo de compreender as Escrituras, e um exemplo disso foi o caso Galileu. O relato bíblico onde Josué parava o sol, por exemplo, era entendido literalmente. Imaginava-se a História da Salvação contida nas Escrituras tal qual estava escrita, e compreendia-se a Escritura como um livro escrito a partir de uma inspiração quase que mecânica e automática do Espírito Santo.

A partir da Idade Moderna, com a evolução das ciências e posteriormente o desenvolvimento das ciências históricas, novas concepções seculares de História se desenvolveram o que fez resultar em negação da História da Salvação tal qual estava contida nas Sagradas Escrituras e era afirmada pela Teologia tradicional. Tudo que era de cunho sobrenatural era absolutamente negado, pois só seria histórico e verdade histórica o que fosse provado como fato. Ao tomar a

Bíblia ao pé da letra, a crítica moderna negou os fatos que nela se relatavam, ao passo que a Teologia tradicional os acentuava. Com isso criou-se um fosso entre História e História da Salvação, como se História fosse ciência, baseada em fatos, e História da Salvação fosse algo como um mito. Disso resulta uma crítica ferrenha à noção de uma Revelação sobrenatural e conseqüentemente de dogma.

Diante da noção de evolução histórica, cada vez mais perceptível a partir do grande desenvolvimento que o homem experimentou a partir do século XV, percebeu-se o caráter frágil de uma concepção de verdade absoluta e imutável. A crescente compreensão das diversas culturas na história e no presente tornou a noção de verdade cada vez mais relativa nas filosofias que se seguiram a esta época, influenciadas também pela corrente filosófica do historicismo.

Na Teologia, o desenvolvimento das ciências históricas foi e continua sendo um grande desafio. A começar pelo modo como as Escrituras foram criticamente estudadas. Ruiu a noção simplista de um livro escrito quase que automaticamente por inspiração. Percebeu-se que havia um processo histórico de elaboração de tais livros, na sua escolha para formação do cânon e que isso fora feito não sem vicissitudes claramente históricas. A Teologia deparou-se com a questão do Cristo da fé e o Jesus histórico, com a questão da evolução dos dogmas, e precisou repensar suas principais categorias. E isso passou a ser feito voltando-se às origens, a uma compreensão mais crítica e situada do texto bíblico em seu contexto e da própria tradição eclesial⁴.

Acontece que a História enquanto ciência estabeleceu-se em um contexto de ciência positivista. A crítica histórica nascente relegou os relatos da Escritura à categoria de mitos e, enquanto relatos históricos: falsos. Pensava-se que a ciência possuía certa neutralidade que lhe possibilitasse atingir os fatos brutos da história. Era colocado em xeque a noção de uma Revelação sobrenatural, as narrativas de milagres, incluindo a ressurreição de Jesus, e as verdades absolutas. A Teologia moderna tentou salvar tais categorias pensando ainda nos moldes escolásticos. Mas esta tentativa logo ruiu também.

A TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA EM FACE DA CRÍTICA HISTÓRICA

A teologia católica demorou a assimilar toda a crítica histórica. Um dos motivos pode ter sido o fato de que o contexto das ciências era por demais positivista e antieclesial. Com o tempo, a própria pretensão das ciências de atingirem verdades neutras acabou ruindo. Novas abordagens históricas nasceram e possibilitaram perceber que certas pretensões das primeiras críticas históricas à Escritura eram fruto de mentalidades antieclesiais da época. Um exemplo disso foi dado com relação às elaborações das chamadas “Vida de Jesus” com pretensão

histórico-crítica. Percebeu-se que muitas imagens de Jesus, elaboradas com intenção de serem científicas e baseadas num método histórico crítico, eram fruto de concepções filosóficas ou ideológicas preconcebidas. Foi necessária, então, uma purificação dos métodos histórico-científicos.

Depois das primeiras tempestades em torno do novo método histórico-crítico no âmbito eclesial e de certo questionamento crítico ao modo positivista de se considerar a História por novas correntes filosóficas, como a Filosofia da ação de Blondel, os existencialismos, as filosofias da linguagem, a fenomenologia e a hermenêutica entre outras, novas considerações puderam ser feitas em relação à concepção de História e ao próprio método histórico. Entendeu-se que a neutralidade e a pura objetividade em ciência eram também mitos, e percebeu-se também que toda construção histórica era já interpretação da História. Simplesmente não existe História pura. A esse respeito afirma Schillebeeckx (2008, p. 57): “Somente enquanto interpretado é que alguém pertence à história” e sintetiza:

Na historiografia, trata-se apenas de fatos históricos que podem ser conhecidos; não coincide com o que realmente estava acontecendo, (...), a opinião de que apenas o método histórico atinge os fatos muitas vezes supõe implicitamente a pretensão de ser ontologicamente exclusiva. Mas, muitos fatos historicamente acessíveis ainda não foram examinados; além disso, a ciência histórica nunca poderá verificar tudo o que realmente aconteceu. (...) Isso significa que toda historiografia é realmente abstrata, ou seja, destaca uma parte de um passado real; formaliza e fornece apenas imagens. (2008, p. 60).

Segundo Schillebeeckx, a História é uma construção abstrata, que nunca pode captar completamente a história real, o que verdadeiramente ocorreu. Sendo assim, toda construção atual da história já contém uma interpretação. Percebeu-se que a ciência histórica não pode captar cientificamente o sentido da história e não pode se opor completamente à atribuição de significado a um fato histórico. Com isso percebeu-se que “uma interpretação de fatos passados pode conter algo realmente ‘histórico’ que, no entanto, historicamente, ou pela sua própria natureza, não pode ser verificado” (2008, p. 61). O ser humano, por natureza, é um ser que atribui significado e sentido à vida, e conseqüentemente à história.

Toda história é aparecimento de sentido (ela se presta para a constatação de algumas coerências cheias de sentido, mas é também aparecimento de aspectos particulares insondáveis, irreduzíveis, inacessíveis para um pensamento edificante) (...). Não é possível racionalizar totalmente a coexistência de sentido e de

absurdo nessa história; portanto nem racionalizar a própria história; o sentido da história não é acessível para uma teoria. (2008, p. 621-622).

Essa atribuição de significado à vida e à História escapa às considerações da ciência empírica e abre novas perspectivas para a possibilidade de se reconsiderar as narrativas bíblicas sob outras perspectivas, como narrativas teológicas que inserem na própria forma de narrar, uma significação dada à história, a partir da fé.

A Teologia, ao assimilar a crítica histórica e as filosofias contemporâneas, pôde compreender que a Escritura já é uma interpretação da história, e que a ciência, se por um lado poderia criticar o modo tradicional literal de se considerar as narrativas da Escritura, por outro, não poderia se opor completamente a uma interpretação da história que a fé trazia implícita nas narrativas escriturísticas. A ciência passou até a contribuir com a Teologia no que diz respeito à compreensão mais original da intenção do autor sagrado ao escrever, ou do contexto no qual o fez. A Teologia passou a perceber mais ainda o caráter importante da História enquanto História da Salvação na perspectiva de uma interpretação da história realizada na Escritura.

A partir de tais pressupostos, de que a história é sempre interpretada, a Teologia pode assumir a crítica histórica com todo seu rigor científico, tendo em mente que seria necessário repensar muitas categorias teológicas nessa perspectiva renovada. Ela percebeu-se com uma tarefa maior do que explicar enunciados dogmáticos nos moldes da Teologia dos Manuais. Percebeu-se como hermenêutica ao dar relevância à história no processo da Revelação de Deus. Depois de muitos embates internos, somente com o Concílio Vaticano II a Teologia católica assumiu de maneira oficial essa necessidade de repensar as verdades da fé diante da história e das conquistas do pensamento moderno e contemporâneo.

A História Como História Da Salvação, E A Revelação Como Processo Histórico

Os crescentes estudos histórico-críticos e a compreensão cada vez mais desenvolvida das culturas antigas, aliados a toda a teoria hermenêutica contemporânea, fizeram perceber que as Escrituras eram o livro de um povo que narrava sua história na perspectiva da fé. Sabe-se que os livros da Escritura são o produto de inúmeras tradições, contadas e recontadas por um povo, a partir de sua fé e experiência de Deus, e em diferentes contextos e vicissitudes históricas. A Revelação divina ocorre na ambiguidade dessa história humana, marcada pelas fragilidades e por seu caráter de processo.

A Revelação não é a comunicação, a partir do alto, de um saber fixado vez por todas. Ela designa, ao mesmo tempo, a ação de Deus na História e a experiência

de fé do Povo de Deus, que se traduz em expressão interpretativa dessa ação. Em outras palavras, o que chamamos Escrituras já é interpretação. E a resposta de fé pertence ao próprio conteúdo da Revelação (GEFFRE, 1989, p. 18).

A crítica bíblica passou a perceber que as narrativas das Escrituras, antes de serem narrações históricas propriamente ditas, eram narrações teológicas, narrações cujo objetivo não era relatar objetivamente a história, mas apresentar uma interpretação da história a partir do horizonte da fé.⁵ O homem antigo conta a história interpretando-a de maneira a dar a ela um sentido. A ciência pode ajudar a compreender o contexto e a história que deram base aos relatos da Escritura, auxiliando inclusive na interpretação do texto, não mais classificando os textos escriturísticos como falsos, mas reconhecendo sua singularidade no contar a história a partir da fé (independentemente de crer ou não nela), tendo claro que diante de tal atribuição de sentido à história a partir da fé, não ela pode se opor, pois “o sentido da História não é acessível a uma teoria” (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 622).

Diante da crítica histórica, a Teologia contemporânea passou a ver a História da Salvação como a atribuição de sentido dado à história a partir de uma experiência de fé, suscitada pela ação imanente de Deus nesta história. Não se diz que a História da Salvação pode prescindir de fatos. A fé judaico-cristã possui no núcleo de suas afirmações de fé, um conteúdo histórico experimentado como evento de salvação. Nesse sentido, como afirma Schillebeeckx (2008, p. 621): “a fé refere-se também ao sentido de um fato historicamente verificado”, ainda que em sua elaboração literária esse fato histórico seja narrado de uma maneira já interpretativa e por isso, em termos modernos, não exatamente histórico-factual.

Frente a essa maneira singular de se situar no mundo e na história a partir da fé, sem esquecer que pode haver outras possibilidades de se situar na história, Schillebeeckx distingue a linguagem histórica da linguagem de fé:

Falar historicamente sobre história não é a mesma coisa que falar sobre essa mesma história em linguagem de fé. Dizendo, então, que Deus age na História, não falamos uma linguagem histórica, mas uma linguagem da fé. Todavia, a história, da qual fala a linguagem da fé, é a mesma da qual fala o historiador. A linguagem da fé tem uma função distinta da linguagem histórica, tem lógica própria (2008, p. 633).

A fé tem uma inteligibilidade própria, lógica própria, uma maneira de “ler dentro” (inter legere) da história um sentido que se experimenta. Ao dar sentido e inteligibilidade à história, a fé tem em si seu pressuposto para se manifestar na razão humana como uma verdade. Eis que a fé pede a consciência de sua ver-

dade, e aí está a semente do que poderá vir a ser um dogma ou uma formulação dogmática. É “verdade” que nasce da experiência na história iluminada pela fé que envolve todo o ser do homem com sua linguagem própria.

É nessa linguagem de fé, caracterizada por uma abertura ao mistério oriunda de uma experiência religiosa, pois o ser humano, além de homo sapiens, também é de alguma forma homo religiosus, que se constitui a história da salvação do povo de Israel e do cristianismo, pois o povo lê sua história em um horizonte de salvação, percebendo nos fatos a presença de Deus. Pode-se dizer que a História da Salvação não é somente uma interpretação religiosa da história. Como diz Mannucci (1985, p. 44): “a história sozinha como evento isolado não é reveladora; reveladora é a história acompanhada de uma palavra, pronunciada na história com plenitude de poderes e que sabe ser muito mais do que uma simples interpretação da história”. Esse “mais que uma interpretação” é algo que foge à ciência histórica e que só pode ser afirmado na fé como uma palavra inspirada, como uma palavra que aponta para uma direção, na qual Deus é experienciado como Aquele que acompanha o homem que o percebe como um Deus libertador que e o ilumina e lhe pede na fé o seguimento.

A revelação – seja lá o que for em sua essência íntima – não apareceu como palavra feita, como oráculo de uma divindade escutado por um vidente ou adivinho, mas como experiência viva, como “dar-se conta” a partir das sugestões e necessidades do que estava em volta e apoiada no contato misterioso com o sagrado (QUEIRUGA, 2010, p. 56).

Nessa palavra dita na história humana por humanos há Revelação que se constitui, mais do que em palavras, na presença de Deus mesmo experimentado na fé por uma comunidade que o reconhece em sua própria história de libertação e salvação. A Revelação é este “autodoar-se” de Deus, manifestado pela Palavra experimentada por um povo que se percebe Povo de Deus, e que em sua história vai tomando consciência desse Deus que se quer revelar através das palavras humanas dentro de um processo histórico de libertação, reconhecido como manifestação da vontade de Deus. A leitura da história feita por esse povo de fé constitui sua narração teológica da história, entendida e afirmada como História de Salvação e apresentada na Escritura.

Mesmo afirmando que ela vem de Deus, será necessariamente recebida nas categorias de uma época, de uma mentalidade. Portanto, como poderá entrar na história, a não ser mutilada, deformada, exposta a todas as vicissitudes da história que bem conhecemos? Parece ser essa necessariamente a situação de uma revelação histórica (LATOURELLE, 1981, p. 467).

Não é o caso de aqui abordar como se dá a constituição da Revelação⁶ que gera a História de Salvação. Diante da crítica histórica, tomou-se consciência de que a fundamentação da Revelação não está numa verdade pronta caída do céu. Ela se dá em um processo histórico. Hoje, as ciências bíblicas estão cientes de que as Escrituras são resultado de um longo processo, seja na sua elaboração escrita, como também na formulação do Canon. É no processo da percepção da Palavra de Deus na Escritura que se dá também o processo de Revelação de Deus. A Palavra de Deus não pode se configurar somente como o texto escrito, mas enquanto Verbo é a ação incessante de Deus desde a criação, é sustentação de todas as coisas no ser e na história em vista da salvação. O homem se abre a essa Palavra na medida de suas capacidades humanas em seu processo de amadurecimento histórico. A Revelação de Deus não prescinde jamais da condição histórica do ser humano.

O Caráter Da Verdade Teológica Diante Da História

O caráter histórico da Revelação situada dentro de um processo de uma história de salvação e não mais como um depósito de verdades abstratas e prontas é relevante para redefinir o caráter essencial do dogma, muitas vezes pensado como uma verdade absoluta e acabada. Mas além de toda mudança na concepção de Revelação que irá influir na mudança de concepção do dogma, convém assinalar toda crítica à noção tradicional de verdade oriunda das filosofias modernas e contemporâneas. Uma concepção mais antiga de verdade, que influenciou certa linha teológica, acredita que a razão humana atinge verdades absolutas. Sendo assim, os dogmas de fé eram encarados como verdades absolutas e estáticas. Mas nessa compreensão ficava difícil conciliar o dogma com o dado histórico que denotava uma notável mudança nas expressões da fé cristã ao longo dos séculos. Com o desenvolvimento das ciências, com as teorias da evolução e com o dinamismo da história e das culturas ficou patente o caráter fragmentário e inacabado do conhecimento humano sempre em desenvolvimento. Diante do progresso e das diversidades culturais várias filosofias postularam novas concepções de verdade marcadas às vezes por certo agnosticismo, ceticismo, relativismo e pragmatismo diante da verdade. Em relação ao conceito de verdade face à história, o historicismo irá acentuar de maneira enérgica o caráter relativo da verdade. O homem moderno é colocado diante de uma pluralidade cada vez mais ampla de ideias, filosofias e concepções, o que o faz perceber a dificuldade da pertinência de um discurso que pretenda uma verdade inconteste. Diante dessa realidade, afirma Geffré (1989, p. 21):

Nós somos todos marcados pela suspeita nietzchiana em relação à verdade. A verdade em si mesma não é perspectivista, mas nós devemos aceitar atingi-la

somente em certa perspectiva. Todo discurso é, portanto, provisório, relativo. Ele não é saber, mas linguagem interpretativa, relativa à perspectiva do que o produz. A verdade é plural por que a própria realidade é multiforme. Essa consciência mais aguda não leva necessariamente à destruição de uma fé verdadeiramente dogmática, no sentido cristão do termo. Mas nos torna mais circunspetos em relação a uma teologia dogmática que se apresentasse como a única interpretação autêntica da mensagem cristã.

O pensamento moderno percebeu o caráter problemático da pretensão a uma verdade absoluta. Percebeu a historicidade humana e sua fragilidade, descortinou o processo histórico que conduziu a humanidade a novas tomadas de consciência que a fizeram perceber a evolução na compreensão das coisas. Aprendeu, portanto, que o processo de aprendizagem não é só pessoal, mas social e por isso, histórico. Ao lidar com esse dado antropológico e com as críticas filosóficas e científicas à noção de verdade, sintetiza Schillebeeckx (1968, p. 227):

A experiência obriga-nos a reconhecer – sobre o fundo da verdade absoluta, normativa do pensamento – o caráter imperfeito, evolutivo e relativo, da nossa posse da verdade, e, por conseqüência, a possibilidade constante de fazermos progredir as nossas concepções anteriores. Graças à orientação fundamental (implícita) do nosso conhecimento para o absoluto, a evolução incessante da consciência humana efetua-se numa real continuidade. A partir de um ponto de vista finito, limitado, que muda sem cessar e depende de situações históricas, nós possuímos um caminho para o Absoluto, do qual, no entanto, por natureza nos é impossível apossar-nos.

Toda situação crítica em relação à noção de verdade, principalmente em âmbito filosófico, que colocou em crise a concepção de verdade do dogma, fez com que a Teologia buscasse repensar a natureza da verdade cristã refletida no dogma. Impossível seria abordar aqui toda a problemática da verdade para a teologia. Seguem apenas algumas reflexões sobre a verdade teológica no que diz respeito à sua natureza, e que implicará na compreensão da verdade do dogma além do caráter já assinalado de perspectivismo do alcance da verdade por parte do humano, devido à inesgotabilidade da verdade, e do caráter de processo evolutivo de compreensão no qual está inserido o ser humano. É diante de um contexto de relativismos e crise de verdades que a Igreja deve se perguntar por sua verdade e o seu valor para o homem de hoje que não acredita em verdades absolutas e definitivas e que põe em crise a pergunta pela verdade e a própria veracidade das religiões, pondo em crise a afirmação de um dogma.

Em Teologia, a questão da verdade se impõe, mas de modo diverso da colocação da questão no nível filosófico ou científico. Não que a Teologia em nada necessite ou precise do pensar filosófico, mas por que a verdade em Teologia é mais do que qualquer conceito ou definição de verdade em nível científico-filosófico. Em Teologia a verdade está dada pela fé na Revelação de Deus na história culminada em Jesus de Nazaré como a própria auto-manifestação e auto-comunicação de Deus ao homem. Essa experiência de perceber em Jesus Cristo a plenitude da verdade está ligada à experiência de salvação definitiva que nele se “revela” e se experimenta mediante sua paixão, morte e ressurreição. Nesse evento salvífico o homem experimenta a plenitude da salvação como Revelação do sentido pleno da vida, pois a vida vence a morte. Deus age de modo definitivo em favor do homem Jesus, que agiu em favor dos homens, e nele a humanidade encontra o caminho de salvação, seu sentido de vida, afirmada na dignidade conferida pela ação de Jesus. Portanto, a Teologia se faz sobre a História da Salvação na história onde Deus se manifesta e se revela em favor dos seres humanos.

Para o cristão a verdade já foi dada. E ela é irrenunciável e culmina em Jesus Cristo. A verdade é o próprio Deus que se dá ao homem e se revela na história da salvação, desde a criação, na história do povo de Israel e ao encarnar-se no homem de Nazaré.

Mas, para o teólogo e para o exegeta, o problema da relação entre história e verdade não se dá mais no âmbito da metafísica platônica (em que a verdade está em Deus), mas antes em referência direta com o Evangelho, “a verdade está em Jesus” (Ef 4,21). É esta a novidade fundamental do cristianismo. O cristão não pode mais ignorar ‘o lugar (...) da história como lugar teofânico primordial da Revelação bíblica, e, portanto, também como lugar privilegiado do encontro com a verdade (POTERIE, 1993, p. 96).

Esta verdade é muito mais do que um conceito, por isso está fora das discussões sobre a verdade em âmbito filosófico, mesmo que não prescindam totalmente delas. Por outro lado, esta Revelação não é irracional, ela se dá na história do homem, portanto numa história que o homem pode vivenciar e abstrair, aprendendo dela, nela, e compreendendo-a. A Revelação possui sua inteligibilidade própria, e aí a Teologia pode buscar e fundamentar a verdade de seu discurso, explicitando os nexos da razoabilidade desta Revelação, suas implicações e comprometimentos para a vida daquele que crê, tudo que seja a base do que é o dogma, compreendendo por ela o Deus em quem crê e sabendo que este discurso não esgota a realidade do Deus que se revela.

Como a Teologia se constrói sobre uma história que é de salvação (mas que não prescinde da História) ela própria pode buscar o auxílio de algumas ciências⁷ para

a sua elaboração, como a filosofia, hermenêutica, exegese, arqueologia, psicologia, ou outra. Nestas ciências, a problemática da verdade possui caráter próprio que, de uma forma ou outra, influencia por vezes elaborações teológicas. Há de se ter em mente que diante de toda contribuição destas ciências, a verdade da Teologia está para além de conceitos ou definições que tais ciências proporcionam à Teologia.

Em filosofia, por exemplo, o eixo da discussão sobre a verdade, quando esta não é negada, permanece fixada em questões hermenêuticas, como a verdade do sentido de um texto e não de sua realidade, ou questões lingüísticas e semânticas, caso do neopositivismo, ou ainda questões empíricas nas ciências, e ainda apenas em nível funcional. Teologia é interpretação, por isso hermenêutica, usa da lingüística (exegese, por exemplo), necessita das ciências empíricas (arqueologia, história, etc.), mas não se reduz a esses âmbitos de conhecimentos, pois o fundamento de sua verdade está em Deus mesmo e em sua Revelação na História experienciada na fé.

A verdade teológica que se expressa em conceitos próprios até chegar aos dogmas está fundada, portanto, na Revelação constituída a partir de uma história vivida como História de Salvação. A forma da expressão de tal verdade, isto é sua semântica, linguagem, o contexto e a hermenêutica do que se afirma, poderá sempre estar em discussão. Isso é possível porque a verdade no cristianismo encarna-se nas vicissitudes da história e é também inesgotável porque é Deus mesmo. Os dogmas e os conceitos teológicos são verdadeiros enquanto “caminhos” para a compreensão de Deus e para a própria vida do homem que vive na fé a partir de seu encontro com o Deus verdadeiro que é Amor. Por esse Deus ser inesgotável, pode-se afirmar que a verdade do dogma não é uma verdade absoluta enquanto capta toda a verdade sobre a qual quer afirmar algo. Isso seria impossível. O dogma é verdadeiro enquanto assinala um aspecto verdadeiro de Deus revelado na História da Salvação e na pessoa de Jesus Cristo. Esta verdade é sempre passível de ser cada vez mais compreendida dentro do processo histórico de aprendizagem da humanidade, onde novas questões se colocam e onde a consciência humana se desenvolve diante de novos horizontes.

A verdade para o cristianismo, por estar enraizada na Revelação que se dá na História da Salvação que culmina em Cristo, é muito maior do que elaborações conceituais, e segundo Geffré, por ser histórica, está na ordem do testemunho:

O objeto do conhecimento teológico não é um conjunto de verdades conceituais, mas um mistério, o ato mesmo pelo qual Deus se deu a conhecer aos homens. Dessa verdade divina em ato de automanifestação, Jesus é a testemunha insuperável. O testemunho de Jesus se traduziu em enunciados de fé; sobre eles

trabalha o teólogo. Mas ele não pode separar esses enunciados do evento de sua enunciação (GEFFRÉ, 1989, p. 81-82).

A verdade da Revelação se manifesta não em uma objetividade científico-empírica e nem filosófico-dedutível, mas em uma evidência de fé a partir do testemunho daqueles que transmitiram essa fé desde seu evento fundante. A verdade cristã está em Jesus confessado como Cristo. A base desta afirmação é o testemunho apostólico, sob o testemunho da vida de Jesus. É impossível dissociar essa “verdade” da “fé que confessa”. Ela não se constitui pelas elaborações conceituais sobre Jesus, mas sobre sua pessoa mesma que suscita a busca de compreensão da fé que Ele, por sua ação e palavra suscitou. Em Jesus se dá o ápice da dialética da Revelação que se constitui em eventos e palavras⁸, tal como se manifestou também na história de Israel. Ela se conjuga por palavras e eventos, não considerados literalmente enquanto fatos histórico-factuais relatados na Escritura, mas enquanto experimentados como eventos de salvação e assim narrados na história de Israel e nos textos evangélicos como História de Salvação.

A verdade no cristianismo é Deus mesmo enquanto se revela na história em vista da salvação do homem. Essa verdade se dá na história, e é inesgotável. O dogma nasce da necessidade do homem exprimir essa experiência de salvação, onde acontece a Revelação como experiência de sentido, Revelação essa que mais do que a expressão dessa experiência é também o ato que constitui essa experiência: a ação salvífica de Deus. O dogma conjuga-se à necessidade de expressar e compreender essa Revelação, a ação salvífica de Deus, nas novas vicissitudes que a história vai colocando à aventura humana. A verdade do dogma se coloca, portanto, em relação com a Revelação enquanto evento salvífico, e não em relação com uma concepção abstrata e estática de verdade absoluta.

CONCLUSÃO

Ao analisar os conceitos de Revelação e dogma em face à consciência histórica moderna e contemporânea, percebeu-se que a Teologia precisou repensar ambas as categorias situando-as em contexto de processo histórico visto como História de Salvação, conceito este também repensado em perspectiva histórico-crítica. Assim percebeu-se o estatuto histórico da Revelação e do dogma.

É importante compreender a dimensão histórica da revelação e do dogma, fruto da percepção e da compreensão do homem contemporâneo, pois tal dimensão situa-se na própria constituição de Revelação e dogma, sendo parte de sua natureza. Vê-se, portanto, que é impossível pensar tais categorias dissociadas da dimensão histórica. Aprofundar este caráter torna possível uma melhor

compreensão da natureza das próprias verdades da fé cristã, e da necessidade que estas têm de serem sempre atualizadas no tempo e em face dos diferentes horizontes histórico-culturais. Na própria natureza da Revelação e do dogma encontra-se fundada a necessidade de inculturação, desenvolvimento, interpretação, atualização. Na própria natureza da Revelação e do dogma se descortina seu caráter dinâmico, e não estático como já se chegou a pensar. O dogma (enquanto expressão da verdade cristã), fundado na Revelação, não é e não podem desejar ser uma verdade fria, morta e estática, mas sim, verdade viva e dinâmica, porque é a verdade do Evangelho.

THE DOGMA AND REVELATION IN FRONT OF MODERN HISTORICAL CONSCIOUSNESS

Abstract: the present article tries to approach the category of dogma up to the modern historic conscious in order to try to understand its historic feature. For this, the article also has a view on the revelation category where dogma can be understood as a truth of faith in front of this revelation which happens in the history, understood as salvation history. The dogma passes, though, to be seen not as abstract or static, but as an alive and dynamics truth.

Keywords: Dogma. History. Revelation. Salvation History. Truth.

Notas

- 1 Entende-se por racional não apenas uma faculdade de pensamento abstrato-lógico, mas a capacidade humana de discorrer sobre algo para buscar o seu sentido. Razão implica, portanto, todo o ser do homem no engajamento da busca do sentido das coisas, englobando pensamento, sentimentos, vontades, etc...
- 2 Referindo-se aos teólogos do séc. XIX e início do séc. XX, diz Gabriel Moran (1969, p. 19): “Há quase perfeita unanimidade entre escritores da época em definir a revelação como a manifestação da verdade através da locução divina (locutio Dei) (...) a revelação é tomada no sentido de instrução das verdades à criatura racional, verdades essa que ela é incapaz de alcançar somente pela razão”.
- 3 “Numa cultura pré-crítica, as ideias a respeito de história são totalmente diferentes. Aí, história é transmitir, atualizando, as narrativas que vivem dentro da humanidade. Nisso, a facticidade histórica, a questão se isso ou aquilo aconteceu exatamente assim, não tem tanta importância. (...) O que importa é a verdade da própria narrativa, quer dizer: se a narrativa nos interessa, nos comove e faz de nós sujeitos ativos de uma nova narrativa”. (SCHILLE-BEECKX, 2008, p. 69).
- 4 “Pode-se dizer que nem um só tratado, nem um só capítulo escapou à renovação (...) Doutra parte isso não significa que as ideias antigas tenham deixado de ser verdadeiras. A sua verdade subsiste, porém retomadas num conjunto superior, em que as maneiras de ver de

outrora se acham purificadas e enriquecidas de tonalidades, e, às vezes, até fundamentalmente corrigidas” (SCHILLEBECKX, 1968, p. 351).

- 5 “Que pretendem, então, as narrações bíblicas, falando de modo geral? Reproduzir veridicamente fatos ocorridos? Talvez em alguns casos seja esta a intenção direta, mas segundo Von Rad, na própria estrutura literária se percebe, de maneira indireta – o que não quer dizer lateral ou secundária – outra intenção mais profunda. Ou seja, que num nível diferente, o narrado constitui, pela própria vontade de seu autor, um desenvolvimento teológico”. SEGUNDO, 1991, p. 62).
- 6 Cf. QUEIRUGA, Andres Torres. *Repensar a Revelação: a revelação divina na realização humana*. São Paulo: Edições Paulinas, 2010. E também: SEGUNDO, J. L. *O Dogma que liberta*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- 7 “As ciências históricas são igualmente necessárias aos estudos do teólogo, antes de mais nada pelo caráter histórico da própria revelação, que nos foi comunicada em uma história de salvação. Deve-se enfim recorrer, também, às ciências humanas, para melhor compreender a verdade revelada sobre o homem e as normas morais de seu agir”. (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1990, p. 10).
- 8 Cf. DEI VERBUM, IN. CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II, 2002, nº 2.

Referências

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A interpretação dos dogmas*. In: SEDOC, v. 23, n. 222, set./out. 1990, Petrópolis: Vozes.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a vocação eclesial do teólogo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2ª Ed., 2002.

FEINER, J.; LOEHRER, M. *Mysterium Salutis: V I-1*. Petrópolis: Vozes, 1971.

FORTE, B. *Jesus de Nazaré. História de Deus, Deus da História: ensaio de uma cristologia como história*. São Paulo: Paulinas, 1985.

GEFFRÉ, C. *Como fazer teologia hoje: hermenêutica teológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

LADARIA, L. F. O que é um dogma? O Problema do dogma na teologia atual. In: NEUFELD, K. H. *Problemas e perspectivas de teologia dogmática*. São Paulo: Loyola, 1993.

LATOURELLE, R. *Teologia da Revelação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

MANNUCCI, V. *Bíblia, Palavra de Deus: curso de introdução à sagrada escritura*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

MONDIN, B. *A Linguagem teológica: como falar de Deus hoje?* São Paulo: Paulinas, 1979.

MORAN, G. *Teologia da Revelação*. São Paulo: Herder, 1969.

QUEIRUGA, A. T. *Repensar a Revelação. A revelação divina na realização humana*. São Paulo: Edições Paulinas, 2010.

POTTERIE, I. de L. História e verdade. In: LATOURELLE, R. *Problemas perspectivas de Teologia Fundamental*. São Paulo: Loyola, 1993.

SEGUNDO, J. L. *O Dogma que liberta: fé, revelação e magistério dogmático*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.

SCHILLEBEECKX, E. *Jesus a história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008.

SCHILLEBECKX, E. *Revelação e Teologia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1968.